

DA OFERTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO AO FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE/PR

OF THE OFFER OF SCHOOL EDUCATION IN THE FIELD TO CLOSURE OF SCHOOLS IN THE FIELD IN
ITAPEJARA D'OESTE/PR

Ivania Piva Mazur¹
Clésio Acilino Antonio²

Resumo: Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado concluída em 2016 cujo objetivo foi analisar o processo de fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo de anos finais do Ensino Fundamental em Itapejara D'Oeste, região Sudoeste do Paraná, com o intuito de evidenciar seus determinantes gerais e específicos. Com abordagem qualitativa, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, utilizou-se o estudo de caso com aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Entre os principais resultados, destacou-se que a redução das matrículas das escolas existentes no campo, no município em estudo, relaciona-se à perda de população camponesa em decorrência da expansão do capitalismo no campo sendo incentivada por políticas sociais. A oferta da educação escolar no campo em Itapejara D'Oeste ocorreu de forma precária e insuficiente, evidenciando descaso dos poderes públicos com esta modalidade de educação. Evidenciou-se que o processo de fechamento das escolas, com destaque para a década de 1990, vinculou-se às políticas de nuclearização de escolas e à oferta do transporte escolar sob justificativas econômico-quantitativas que reduzem a complexidade do problema.

Palavras-Chave: Escolas no campo; Educação escolar no campo; Fechamento de escolas no campo; Transporte escolar.

Abstract: This article is the result of the master's research completed this year 2016. The overall objective of the research was to analyze the process of Field Elementary Schools closing and closing attempts, in Itapejara D'Oeste, Paraná Southwest region, in order to show its general and specific determinants. The research adopted a qualitative approach from the perspective of historical and dialectical materialism, as a case study, using the procedures semistructured interviews and document analysis. Among the main results, it was highlighted that the decline in enrollments of existing schools in the field, was related to the loss of rural population due to the expansion of capitalism in the field and encouraged by social policies. The offer of school education in the field in Itapejara D'Oeste was precarious and insufficient, which proved the negligence of the authorities to the education of the rural population. The closing process of the schools in the countryside in the city, especially in the 1990s, was linked to the nuclearization policy schools and the provision of school transport in economic and quantitative justifications that reduce the complexity of the problem.

Keywords: Schools in the field; School education in the field; Closing schools in the field; School transportation.

¹ Professora Pedagoga no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: ivaniazinha_piva@hotmail.com

² Professor Adjunto da UNIOESTE. Docente nos cursos de Pedagogia e Mestrado em Educação. E-mail: clesioaa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O município de Itapejara D'Oeste localiza-se na Região Sudoeste do estado do Paraná. Tornou-se município em 1964 pela Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril, com instalação em 14 de dezembro de 1964 e com unidade territorial demarcada em 254.014 Km². De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população total estimada, em 2014, era de 11.335 habitantes. O município é de pequeno porte e sua economia está baseada, predominantemente, na agricultura, pecuária e na indústria (ITAPEJARA D'OESTE, 2006, p. 9 e 30).

A agropecuária, com destaque para a suinocultura, pecuária de leite e corte, avicultura de corte e postura e plantio de milho e soja tem se mantido enquanto a principal fonte de renda econômica do município, representando 41% do Produto Interno Bruto (PIB) (ITAPEJARA D'OESTE, 2006, p. 9). No ano de 2013, de acordo com IBGE (2015b)³, a pecuária municipal concentrava seus dados mais expressivos em: galináceos, bovinos, suínos e na produção de leite. Enquanto que a produção agrícola concentrava-se nos cultivos de milho, soja, trigo e feijão.

Atualmente o município de Itapejara D'Oeste possui escolas no campo apenas na localidade de Barra Grande, na sede deste distrito, a qual, segundo o Plano Diretor (ITAPEJARA D'OESTE, 2006) do município é delimitado como área de perímetro urbano. Porém, esta localidade é considerada, segundo o mesmo documento, como aglomerada rural isolado-povoado⁴, o que permite considerar que a escola esteja no campo.

³ pesquisa Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal.

⁴ definição de aglomerado rural isolado-povoado, segundo o Plano Diretor (ITAPEJARA D'OESTE, 2006, p. 38) é a que segue: "localidade situada em área legalmente definida rural caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, possuindo pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos : 1 (um) estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira à quarta série, em funcionamento regular; 1 (um) posto de saúde, com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e/ou áreas rurais próximas".

Trata-se de um prédio escolar no qual funcionam, em dualidade administrativa, a Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi e o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. A Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental e também realiza o atendimento dos estudantes da Educação Infantil com idade para a turma pré-escolar (estes matriculados formalmente em uma escola urbana) atendendo neste ano de 2016 um total de 29 estudantes. O Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes oferta os anos finais do Ensino Fundamental constando, no ano de 2016, um total de 37 matrículas. Ao longo das últimas duas décadas esta instituição escolar vem enfrentando tentativas de fechamento sob a justificativa do número reduzido de estudantes. Diante das tentativas, a comunidade escolar se mobiliza e tem evitado, até então, que o fechamento se efetive.

O número de escolas, num total de 44, existentes no campo ao longo da história do município surpreendeu. Da mesma forma, causou inquietação o fechamento da grande maioria dessas escolas e as tentativas de fechamento das que ainda existem diante da quantidade expressiva de população ainda residente no campo e diante dos dados acima, que apontam a agropecuária como a principal fonte de renda em Itapejara D'Oeste.

Na busca de compreensão de tal fenômeno, o presente artigo discorre, em seu primeiro tópico, sobre a redução das matrículas das escolas existentes no campo em Itapejara D'Oeste a partir de 1970, vinculada ao processo de redução da população camponesa do município no período. Este movimento é apresentado, neste momento do texto, como efeito da expansão do capitalismo no campo em âmbito nacional.

No segundo tópico, caracteriza-se a precária oferta da educação escolar no campo no município, o que evidencia a grande dívida histórica com a educação da população camponesa. E, por fim, discorre-se sobre o processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste, com destaque para a década de 1990, atrelado às políticas de nuclearização de escolas e à oferta do transporte escolar que conduziram ao cenário atual das escolas no campo no município.

AS ESCOLAS NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE E A REDUÇÃO DA POPULAÇÃO CAMPONESA DO MUNICÍPIO

A pesquisa de campo evidenciou um total de 44 escolas existentes no campo em Itapejara D'Oeste no período de 1967 até o momento atual⁵. Se, desse total, apenas duas instituições escolares permanecem em funcionamento, isso significa que 42 escolas no campo foram fechadas ao longo da história do município de Itapejara D'Oeste!

As escolas das comunidades pesquisadas passam por um processo de redução contínua de matrículas a partir da década de 1970 e 1980. No caso da comunidade de Lageado Bonito, as três escolas existentes foram fechadas a partir desses anos. No caso da comunidade de Barra Grande, duas das três escolas foram cessadas. A que se manteve passou pelo processo de municipalização⁶ dos anos iniciais do Ensino Fundamental e vem, ao longo das últimas décadas, resistindo às tentativas de fechamento, justificada pelo número reduzido de estudantes.

A diminuição de matrículas das comunidades em estudo refletiu a perda contínua de população do campo do município iniciada na década de 1970, como demonstram os dados dos censos demográficos na tabela abaixo.

Tabela 1: População urbana, rural e total do Município de Itapejara D'Oeste

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1970*	2.146	7.929	10.075
1980*	3.064	7.046	10.110
1991*	3.909	5.136	9.045
1996**	4.108	4.805	8.913
2000*	4.961	4.201	9.162
2010*	6.987	3.544	10.531
2014***	ND****	ND	11.335

*Fonte: IBGE (2015b), População nos Censos Demográficos por situação do domicílio.

** Fonte: IBGE (2015a), Contagem Populacional.

*** Fonte: IBGE (2015a), População Estimada.

**** ND: Dados não disponíveis.

O município de Itapejara D'Oeste, que havia passado por um processo de rápido povoamento e crescimento populacional, assim como toda a região Sudoeste do Paraná no período de 1940 a 1970, devido à intensa e acelerada migração de gaúchos e catarinenses (de descendência italiana, alemã e polonesa), passa a perder população camponesa a partir da década de 1970 (MONDARDO, 2011). De acordo com Mondardo (2011), no caso específico do estado do Paraná, a região Sudoeste está entre as regiões que mais expulsou pessoas do campo, no período de 1970 a 2000, para regiões de destaque industrial, como Região Metropolitana de Curitiba e Oeste paranaense⁷.

O principal fator, apontado por Mondardo (2011), para que a região apresentasse, no período, esse processo de acentuada e acelerada expulsão da população, está relacionado às alterações oriundas do processo da chamada modernização da agricultura que corresponde à mecanização da produção e à monocultura.

As transformações que o campo brasileiro tem passado desde os anos 1950 e mais precisamente a partir da década de 1970 com a modernização da agricultura não são naturais. Cercadas de um aparato ideológico, foram forjadas, impostas e impulsionadas com o aval do Estado (ALENTEJANO, 2013), com o intuito de atingir os objetivos de acumulação capitalista, sobretudo dos países chamados de Primeiro Mundo, em detrimento dos interesses dos

⁵ dados conseguidos a partir das Atas de Exames escolares arquivadas no Departamento Municipal de Educação e Cultura de Itapejara D'Oeste. Tais atas são existentes a partir do ano de 1967 até o ano de 1979. A partir de 1980, os dados foram possíveis a partir dos relatórios finais das escolas arquivados no mesmo departamento ou nas escolas que ainda estão em funcionamento.

⁶ m 1991, por meio da Resolução n° 4019/91, foram suspensas as atividades escolares da Escola Estadual Carlos Gomes relativas ao ensino das quatro primeiras séries do 1° Grau, com permanência das atividades relativas às quatro séries finais do Ensino Fundamental. No mesmo período, é autorizada a funcionar, por meio da Resolução n° 4021/91, a Escola Municipal Valentim Biazussi, mantida pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, para o atendimento das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Ambas as escolas permaneceram no mesmo prédio escolar e o utilizam de forma compartilhada.

⁷ xetuum-se municípios como Francisco Beltrão que, devido à instalação de frigoríficos no local, conseguiu atrair o contingente populacional do campo do próprio município e regiões próximas para empregos no setor da indústria.

trabalhadores do campo. Nesse sentido, o campo brasileiro, desde a modernização da agricultura e o desenvolvimento do agronegócio, a partir da década de 1990, é um campo que está permeado pela lógica excludente do modo de produção capitalista mundial.

Vários autores têm apontado que a redução da população camponesa e aumento da população urbana tem sido um dos efeitos decorrentes da expansão do capitalismo no campo, pois serviu para garantir e intensificar as desigualdades sociais no campo brasileiro, na medida em que ampliou os índices de concentração da terra e da renda. Esse processo privilegiou os médios e grandes proprietários agrícolas, enquanto que aos demais trabalhadores do campo ocasionou exclusão, expropriação, exploração e desemprego. Em razão disso, autores como Balsan (2006), Carvalho (2005), Silva (1982) e Wanderley (1985) denominam o processo de modernização da agricultura brasileira como “modernização conservadora”.

O caso em estudo reforçou essa constatação. As entrevistas realizadas evidenciaram a redução da população das comunidades, bem como as transformações ocorridas nas mesmas. De acordo com os relatos, as famílias que possuíam terrenos pequenos passavam por dificuldades para conseguir o sustento da família toda, devido à falta de condições para o pequeno agricultor sobreviver no campo. Assim, foram vendendo e indo morar nas cidades em busca de emprego e condições de sobrevivência. Os terrenos pequenos foram comprados por quem possuía mais condições financeiras, e foram sendo emendados e, assim, ampliaram-se as grandes propriedades de plantação de soja e milho.

Mondardo (2011) destaca que a modernização da agricultura possibilitou benefícios à produção agrícola, porém seu caráter seletivo e excludente não permitiu a sobrevivência de inúmeros produtores no campo, sobretudo os menores que apresentavam condições econômicas desfavoráveis:

[...] a modernização da agricultura foi um processo seletivo e excludente na medida em que impossibilitou muitas pessoas de continuarem no campo, impondo um processo de “darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo; diríamos, no entanto, que só os mais

abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e a um novo modo de vida no campo ligado à modernização (MONDARDO, 2011, p. 119).

A migração de milhões de pessoas do campo para as cidades a partir de 1960 e 1970 no país deu-se por vários fatores relacionados às consequências violentas do projeto de produção agrícola capitalista: eliminação ou redução de empregos agrícolas (CARVALHO, 2005); exclusão do processo de modernização e exploração deixando os pequenos produtores empobrecidos (BONAMIGO e SILVA, 2012); endividamento devido a empréstimos bancários na tentativa de produzir nos moldes capitalistas (MONDARDO, 2011); falta de investimentos públicos no campo associado a uma visão equivocada de inferioridade do campo em relação à cidade (FERNANDES e MOLINA, 2005).

Nesse sentido, o grande crescimento das cidades brasileiras, concomitante com o grande esvaziamento da população do campo, não foram decorrentes simplesmente de êxodo rural. O pequeno trabalhador rural não migrou “por um espírito de aventura” (CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS, 1980, p. 59). Na visão de Silva (2004, p. 40), êxodo rural não é o termo correto para denominar o processo cruel vivido pelas pessoas que saíram do campo, já que “as pessoas não foram para as cidades atraídas por suas luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar”; foram obrigadas a sair em busca de sobrevivência. Trata-se, então, de expulsão do campo.

No caso estudado, de modo semelhante, a adoção de um modelo de agricultura capitalista expropriou e excluiu sobretudo os pequenos agricultores, o que culminou na expulsão destes do campo em busca de sobrevivência. Este é o pano de fundo para o processo de redução da população no campo, redução esta que se constitui enquanto um dos determinantes dos processos de fechamento de escolas neste meio, uma vez que refletiu diretamente no processo de contínua redução das matrículas das escolas no campo.

A OFERTA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE

Como constatado, existiram ao todo, na história do município de Itapejara D'Oeste, 44 escolas no campo. Excetuando-se as escolas que integraram este estudo de caso (Escola Estadual de Lageado Bonito e Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes), as demais foram escolas limitadas à oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, multisseriadas, em sua maioria com um único professor leigo, marcadas por múltiplas carências e altos índices de evasão e repetência. As entrevistas realizadas evidenciaram que os terrenos para a construção dos primeiros prédios escolares, ainda em madeira, bem como os materiais necessários para a construção das escolas pesquisadas, foram doados por moradores do local que também construíram as escolas.

Em âmbito nacional, de forma geral, a educação ofertada no campo historicamente tem sido marcada pelo descaso do poder público. De acordo com Souza (2008), foram três os tipos de instituições educativas presentes no processo de difusão da escola primária durante o século XX – os grupos escolares⁸, as escolas isoladas e as escolas reunidas⁹ –, mas a expansão do ensino primário na maioria das regiões do país se deu através das escolas isoladas ou reunidas.

Nessas escolas um só professor ensinava diferentes classes de estudantes, em diferentes níveis de conhecimentos e na mesma sala de aula. Isso se constituía enquanto uma das maiores dificuldades enfrentada pelos professores das escolas isoladas. De forma predominante, essas escolas foram instaladas em regiões de populações menos densas, bairros populares e principalmente em áreas rurais.

As escolas isoladas ofertavam o ensino primário com duração de três anos¹⁰, ficaram conhecidas por serem escolas alfabetizantes e caracterizaram-se por serem limitadas em suas finalidades com programas mais simplificados. Souza (2008) aponta diversos problemas em relação à institucionalização e democratização da escola primária no Brasil: insuficiência de vagas, precariedade da rede de escolas públicas, altos índices de repetência e evasão que denunciavam a enorme seletividade escolar, má qualidade da formação dos professores primários, baixos salários, precárias condições de trabalho, tradicionalismo nas práticas de ensino e a inexequibilidade dos programas escolares.

A pesquisa constatou diversos desses aspectos. Devido à dificuldade da época para se encontrar pessoas com estudo na região e para assumir o cargo de professor/a, ocorria que pessoas da comunidade, apenas com o ensino primário, muitas vezes incompleto, assumiam essas funções. Além da falta de formação, esse professor/a enfrentava outras dificuldades onde atuava, como: precariedade das escolas; acúmulo de funções ao/a professor/a, pois ao mesmo tempo que ministrava aula, também desempenhava funções de zeladoria, merenda e secretaria da escola; número elevado de estudantes em turma multisseriada; atraso ou falta de recebimento do salário da prefeitura ou estado.

Assim, a educação escolar no campo, historicamente, esteve limitada à oferta precária da educação primária. Em relação à oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, a literatura consultada tem nos indicado que os educandos do campo passaram a ter acesso a essas etapas da Educação Básica somente a partir dos processos de consolidação ou nucleação de escolas, em sua maioria ocorridos a partir da década de 1990.

Isto significa que a oferta destas etapas de ensino no campo foi mínima ou inexistente em muitos municípios, pois na maioria dos casos os processos de consolidação ou nucleação de escolas se deram na zona urbana através da utilização do transporte escolar. De acordo com Farias (2014), na região Sudoeste do Paraná, apenas alguns municípios fizeram a opção por nuclearizar as escolas no campo. Na maioria dos

⁸ s grupos escolares eram instalados nos centros urbanos, em prédios específicos para este fim, com várias salas de aula, vários professores (estes normalistas e melhor remunerados), continham uma classificação mais homogênea de estudantes de acordo com seus níveis de adiantamento, cada professor possuía sua classe de estudantes. Os grupos escolares também se caracterizavam por ofertar um ensino primário com duração de quatro anos (SOUZA, 2008).

⁹ denominação de escola reunida dava-se quando escolas isoladas eram juntadas em um mesmo local, possibilitando a divisão do trabalho e a diminuição dos custos.

¹⁰ o caso pesquisado, eram ofertados, na maioria das escolas, os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

casos as crianças foram transportadas para as regiões urbanas.

Itapejara D'Oeste não se encontra entre os municípios em que estas ofertas não existiram. O município, ao longo da sua história, ofertou o Ensino Fundamental completo no campo, porém em apenas duas comunidades vizinhas e atendendo uma minoria da população do campo¹¹. Ofertou também a etapa do Ensino Médio em uma dessas comunidades, mas por um curto período: 2011 a 2014¹². Essas ofertas, no entanto, não foram resultado de um processo de consolidação ou nucleação de escolas, nem tampouco foi resultado de políticas públicas pensadas para atender a educação dos povos do campo, no campo. Foram resultado de reivindicações e mobilizações de ambas as comunidades. As reivindicações pelos anos finais do Ensino Fundamental ocorreram, pois as comunidades contavam com a oferta apenas das séries primárias, desta forma, as pessoas estudavam até 4ª série e não podiam mais continuar, não se tinha acesso às demais séries e às demais etapas de ensino.

Os relatos dos sujeitos entrevistados de ambas as comunidades evidenciaram mobilizações das famílias, várias reuniões realizadas com vereadores, várias viagens de representantes dos moradores à Curitiba reivindicando a oferta do ensino dos anos finais do Ensino Fundamental em suas comunidades. Esta oferta em Itapejara D'Oeste se deu, como já anunciamos, em duas únicas comunidades estudadas, e de forma precária. Em ambos os casos a oferta se deu na estrutura escolar já existente que atendia os anos iniciais do Ensino Fundamental e passou a compartilhar das carências já existentes.

¹¹ o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, localizado na comunidade de Barra Grande, as séries finais do Ensino Fundamental passam a ser ofertadas a partir do ano de 1973, como extensão da Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont, localizada na sede do município. A Escola Estadual de Lageado Bonito, localizada na comunidade de Lageado Bonito, foi criada e autorizada a funcionar por meio da Resolução nº 5.597/85 para ministrar o ensino de 5ª a 8ª série, de forma gradativa a partir de 1986.

¹² Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, localizado na comunidade de Barra Grande, conseguiu a autorização de funcionamento do Ensino Médio, de forma gradativa a partir de 2011, por meio da Resolução nº 5625/2010.

Os relatos, bem como os documentos escolares (atas escolares), evidenciaram também o apoio financeiro das famílias para a manutenção das escolas que ofertaram os anos finais do Ensino Fundamental. Pais e professores organizavam eventos para arrecadar fundos para custear as despesas e necessidades das escolas, além disso, diversas despesas eram assumidas pelas famílias como: pagamento da luz elétrica do prédio escolar; deslocamento dos professores, que vinham da sede do município até a comunidade; pagamento do salário da zeladora; complementação da merenda escolar, assinaturas de revistas, compra de vídeo e televisão e aquisição de livros de pesquisa.

Em relação ao Ensino Médio, após muita insistência e persistência da comunidade de Barra Grande junto à Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Paraná, foi possível a autorização de funcionamento desta etapa de ensino no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, nesta mesma comunidade, de forma gradativa a partir de 2011, por meio da Resolução nº 5625/2010.

A etapa de ensino foi autorizada a funcionar, mas nenhuma melhoria predial foi conseguida. A implantação se deu na mesma estrutura já existente na instituição escolar, com necessárias adaptações no espaço físico e com aquisição de materiais pedagógicos a partir de recursos próprios da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e algum auxílio da Prefeitura Municipal¹³.

Esta etapa de ensino do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes teve trajetória curta. Funcionou até 2014, quando da determinação de cessação simultânea de suas atividades, a partir de 2015, pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE) do estado do Paraná. Uma situação intermediada diretamente pela chefia do NRE de Pato Branco com a direção da escola, que manifestou a justificativa dessa cessação a partir da demanda muito reduzida de estudantes.

Ainda no ano de 2014 o Ensino Médio no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes atendia um total de 12 estudantes nas três turmas:

¹³ estrutura do prédio escolar contava com 5 salas de aula, 4 dessas eram ocupadas para o atendimento dos anos Finais do Ensino Fundamental. Para o atendimento do Ensino Médio, uma sala de aula foi dividida em duas e também no laboratório de informática, que já estava dividido com a biblioteca, foi adaptado um espaço para mais uma sala de aula.

07 na 1ª série; 02 na 2ª série; e 03 na 3ª série. Ocorre que, desde a implantação do Ensino Médio em 2011, estudantes da própria comunidade passaram a matricular-se em escolas públicas urbanas ou mesmo em escolas particulares. A justificativa das famílias pautou-se na busca de uma educação supostamente melhor que a ofertada na instituição escolar que enfrentava problemas relacionados à estrutura física, materiais pedagógicos e grande rotatividade de profissionais. Isso agravou a redução das matrículas que já vinha ocorrendo na comunidade.

Pais de estudantes que ainda estavam matriculados na instituição escolar, professores, funcionários e membros da comunidade local manifestaram-se contrários ao fechamento. As resistências¹⁴ não provocaram efeitos positivos e a partir de 2015 não houve mais a oferta do Ensino Médio na instituição escolar. Os estudantes foram direcionados para a única instituição escolar com esta oferta no município, na zona urbana.

NUCLEARIZAÇÃO, FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO E TRANSPORTE ESCOLAR EM ITAPEJARA D'OESTE

As escolas no campo em Itapejara D'Oeste foram sendo cessadas ao longo dos anos, porém ganham destaque os fechamentos ocorridos no período posterior ao da década de 1990. Fechamentos estes que aparecem fortemente atrelados ao processo de nuclearização de escolas e à oferta do transporte escolar.

No ano de 1994 ainda existiam 29 escolas municipais no campo, porém, deste total, restaram apenas 6 em 1997, ou seja, praticamente 80% das escolas existentes em 1994 foram fechadas até o ano de 1997. Neste período, destaca-se a passagem do ano de 1995 para 1996, quando 16 escolas deixaram de existir¹⁵.

Nos documentos analisados, bem como nas entrevistas, ocorrem menções explícitas à oferta do transporte escolar e nuclearização das escolas municipais a partir de final de 1994. Da mesma forma, foi possível identificar que as tentativas de fechamento das únicas escolas estaduais, com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental no campo (escolas estas que integraram o estudo de caso), iniciaram-se a partir de meados da década de 1990.

Esse processo não se caracterizou como uma ocorrência específica do município de Itapejara D'Oeste. De acordo com Farias (2013, p. 74), embora desde os anos 1970 o Brasil presenciase uma queda acentuada da população do campo, o fechamento de escolas não ocorreu de forma intensa. É a partir de 1990 que passa a ocorrer “numa proporção assustadora”.

Torres, Silva e Moraes (2014) também contribuem para a compreensão da intensificação de processos de fechamentos de escolas no campo, a partir da década de 1990 até a atualidade, atrelados à oferta do transporte escolar. Segundo os autores, tais processos estão presentes em um momento histórico de implementação ou intensificação das políticas neoliberais do capitalismo em vários países, que estabeleceu o “Estado Mínimo” para os direitos sociais, inclusa a educação. Tais políticas têm por objetivos minimizar a atuação do Estado na manutenção das instituições públicas de educação (LESKE, 2014) e a “privatização de estatais e o desmantelamento dos serviços públicos” (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 03).

Em tempos de políticas neoliberais,

[...] em nome da racionalidade técnica e da otimização dos padrões das escolas, se estabeleceu a necessidade de realizar o fechamento das escolas consideradas pequenas, impulsionando uma política de transporte escolar, levando os estudantes do campo para a cidade ou à negação da escolarização aos sujeitos que no campo vivem (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 03).

Ferreira e Brandão (2012) observam que em 1994, por meio da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho, é criado o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE ou PNATE). Com isso, os municípios, estados e distrito federal passam a receber verbas da União para auxiliar no transporte dos estudantes, sendo que a partir de

¹⁴ Iguns encaminhamentos foram tomados como: envio de documento à Secretaria de Educação contendo a manifestação contrária da comunidade ao fechamento; articulação junto às autoridades; consulta a advogado; abaixo-assinado; e solicitação ao Ministério Público para análise da situação. Porém, as medidas não tiveram resultado positivo. O Ministério Público pronunciou-se um ano depois da solicitação notificando a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) quanto ao arquivamento do inquérito.

¹⁵ úmeros levantados a partir dos Relatórios Finais arquivados no Departamento Municipal de Educação.

1995 tem-se início, de forma mais massiva, o transporte de estudantes de regiões rurais para centros urbanos.

Com isso, ocorre um processo de intensificação das políticas de nuclearização de escolas no campo (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 09), acentuando-se assim as políticas de fechamento de escolas públicas, sobretudo as do campo. Ou seja, ocorre uma política de “supervalorização do transporte em detrimento das escolas do campo” (FERREIRA e BRANDÃO, 2012, p. 08).

Sob vários argumentos, os poderes públicos municipais justificaram a prática de “trocar escola por ônibus” (FARIAS, 2013, p. 68). Ferreira e Brandão (2012) enfatizam que o principal deles, e que se tornou mais contundente diante da diminuição das populações rurais, é a justificativa da insustentabilidade financeira para manter as escolas no campo. Tal justificativa vem sendo questionada ou mesmo rebatida por alguns autores¹⁶. Ferreira e Brandão (2012), por exemplo, afirmam que:

Os estudos sobre os dados dos repasses federais apontam um aumento significativo nos repasses ao transporte escolar rural, contradizendo os governantes ao quererem reduzir gastos. Os dados demonstram “alto” custo por aluno quando transportados para as escolas urbanas, revelando falta de planejamento na gestão da educação e ou má intenção no uso ou desvio do dinheiro público por parte dos gestores (FERREIRA; BRANDÃO, 2012, p. 09-10).

Além disso, a partir dos relatos dos entrevistados da pesquisa, é possível perceber contradições em relação ao argumento favorável de fechar escola no campo, quando justificado por razões de redução de gastos. Representantes dos poderes públicos, atuantes na época das nuclearizações, relataram que, devido a existência de pouquíssimas escolas com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no campo, foi necessário construir várias salas de aula nas cidades devido ao grande número de matrículas que passaram para as escolas da zona urbana. Relataram também sobre a necessidade de construção de mais escola na zona urbana para

atender a demanda de estudantes dos anos iniciais, oriundos do campo durante os processos de nuclearização de escolas no município de Itapejara D'Oeste. Isso evidencia um grande número de estudantes que precisou ser conduzido para a zona urbana, indicando que mais núcleos escolares poderiam ter permanecido no campo. Porém, a opção foi construir escola na zona urbana e transportá-los para lá.

Estudo recente de Souza; Fontana e Marcoccia (2012) traz dados em relação ao Estado do Paraná que demonstra que ainda há um número bastante expressivo de estudantes residentes no campo. As autoras afirmam que cerca de 72,57% destes estudam em escolas no perímetro urbano. Em relação apenas às escolas estaduais, apresentam que 78% de seus estudantes são oriundos do campo. Confirmam também que, em 2012, o Paraná contava com 1700 escolas no campo: 1100 municipais e 634 estaduais. A partir dos números apresentados, destaca-se a insuficiência de escolas no campo para atender a demanda de estudantes do campo (SOUZA; FONTANA e MARCOCCIA (2012).

A partir dos dados finais do Censo Escolar de 2014 do município de Itapejara D'Oeste, a tabela abaixo apresenta todas as instituições escolares do município que ofertam a Educação Básica, seus respectivos números de matrículas, a quantidade de estudantes que utilizam o transporte escolar por instituição escolar e a zona de residência dos mesmos: zona urbana ou rural. Os dados evidenciam que 1111 estudantes matriculados na Educação Básica no município utilizam transporte escolar, o que representa 49,88% do total de matrículas. Do total de estudantes que utilizam o transporte escolar, 512, ou seja, 46,08%, são oriundos do campo. Dos estudantes oriundos do campo e que utilizam o transporte escolar apenas 26, ou seja, 5,08%, deslocam-se para as escolas localizadas no campo, sendo que a grande maioria 486 estudantes, ou seja, 94,92%, são transportados para escolas urbanas.

¹⁶ erreira e Brandão (2012); Mariano e Sapelli (2014); Ramos (1991); Vasconcellos (1993).

Tabela 3: Instituições escolares em Itapejara D'Oeste, matrículas, número de estudantes que utilizam transporte e origem dos mesmos – ano de 2014.

Escola	Localização	Rede	Oferta	Matrículas	Transp. escolar	Zona urbana	Zona rural
Carlos Gomes*	Rural	Estadual	EF anos finais e Ens. Médio	62	44	28	16
Castelo Branco	Urbana	Estadual	Ens. Médio	470	116	31	85
Criança Feliz	Urbana	Municipal	Ed. Infantil	104	...	...	...
Isidoro Dumont	Urbana	Estadual	EF anos finais	586	321	159	162
Josafat Kmita	Urbana	Municipal	EF anos iniciais	112	112	91	21
Nereu Ramos	Urbana	Municipal	Ed. Infantil e EF anos iniciais	587	364	184	180
Pedro V Parigot de Souza	Urbana	Municipal	EF anos iniciais	99	99	87	12
Pequeno Cidadão	Urbana	Municipal	Ed. Infantil	182	43	17	26
Valentim Biazussi	Rural	Municipal	EF anos iniciais	25	12	2	10
TOTAL				2227	1111	599	512

Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>. Acesso em 19 out. 2015.

*A partir de 2015 essa instituição escolar não ofertou o Ensino Médio.

No período da pesquisa, o município de Itapejara D'Oeste contava com um total de treze rotas de transporte escolar, sendo que oito são operadas pelo próprio município e cinco por empresas contratadas. Três ônibus escolares passam pelas escolas localizadas no campo, ou próximo a elas. Os ônibus percorrem cinco comunidades localizadas na região Oeste do município, mas apenas um faz o percurso da sede do município diretamente em direção à escola no campo¹⁷, porém sem adentrar nas comunidades próximas à escola. Os outros dois veículos escolares percorrem as comunidades próximas, contudo seguem o trajeto em direção às escolas localizadas na sede do município.

Pode-se afirmar, até aqui, que as ações que conduziram a este cenário do transporte escolar e das escolas no campo no município, descumpriram o Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que este artigo determina que o direito à educação da criança e do adolescente deve estar atrelado à garantia, entre outras coisas, do “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência” (BRASIL, 1990, s/p.). Da mesma forma, a Resolução CNE/CEB N° 2, de 28 de abril de 2008, não chegou a ser seguida no município, pois esta resolução estabelece que, quando for necessária a adoção de nucleação de escolas e de transporte escolar, deve ser garantido o princípio do

transporte intracampo, ou seja, do campo para o campo (BRASIL, 2008).

A pesquisa evidenciou inúmeras reivindicações ao longo das últimas duas décadas, por parte da comunidade que ainda mantém suas escolas em funcionamento, no sentido de modificar os trajetos dos ônibus escolares que percorrem as comunidades próximas, direcionando-os para as escolas no campo. Todavia, essas reivindicações nunca chegaram ao efeito esperado, o que contribui para que o número reduzido de estudantes dessas instituições escolares se mantenha ou reduza ainda mais.

O Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015/2025 sinaliza alguns avanços. Para se atingir a Meta Nacional n° 2¹⁸, que trata da universalização do Ensino Fundamental de nove anos para a população de seis a quatorze anos, a primeira estratégia prescrita no Plano propõe a manutenção do atendimento da

[...] população do campo na Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi e Escola Estadual do Campo Carlos Gomes, incentivando a permanência dos estudantes em suas comunidades, priorizando o acesso as comunidades vizinhas (ITAPEJARA D'OESTE, 2015, p. 02).

A estratégia n°16 prevê para o primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação a realização do “georreferenciamento de todo o

¹⁷ Resultado de um acordo entre direção e prefeito para aumentar o número de matrículas do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes.

¹⁸ Documento é composto por vinte metas, sendo que para cada uma são enumeradas estratégias visando o alcance da meta.

transporte escolar do município” (ITAPEJARA D'OESTE, 2015, p. 03), mas até o momento a reorganização do transporte escolar não ocorreu. Nesse sentido, a maioria dos estudantes das proximidades das instituições escolares no campo continuam sendo direcionados às instituições escolares da zona urbana.

Essa política de conduzir os estudantes do campo para a cidade faz sentido quando nos deparamos com a afirmação de Farias (2013, p. 68). Segundo a autora, a mais determinante entre todas as causas do fechamento de escolas no campo está no fato que “manter escolas do campo no campo significa ter população no campo. Isso vai contra o avanço do agronegócio que precisa de mais e mais terra e menos pessoas”. Portanto, o fechamento de escolas está relacionado a disputas por projetos de campo, principalmente ao avanço do agronegócio no campo (MARIANO e SAPELLI, 2014). Como também afirma Peripolli e Zoia (2011, p. 194):

Em outros termos, as políticas de estado/governo estão voltadas a atender os interesses de um projeto de campo que interessa ao projeto do capital: agronegócio, e não os interesses de quem tem a terra como um bem voltado à produção do sustento da família (terra de trabalho).

Além de dominar o campo das políticas públicas, ao fazer com que muitas pessoas não consigam mais sobreviver nesse espaço, ao migrarem para as cidades em busca de trabalho e educação, o agronegócio promove a diminuição da densidade demográfica no campo e a consequência disso é a redução na demanda de educação escolar nessa área (TORRES, SILVA e MORAES, 2014). Assim, tem-se uma conjuntura propícia “[...] para que o Estado – em suas três esferas, Municipal, Estadual ou Federal – justifique a não instalação ou o fechamento de escolas nessas áreas”, sob a ótica da “relação custo-benefício, vinculada diretamente à questão do ônus financeiro” (TORRES, SILVA e MORAES, 2014, p. 267).

Porém, esta forma de abordar e conduzir a questão do fechamento das escolas no campo no cenário nacional pelos poderes públicos expressa uma visão reducionista e isolada da problemática. Como exposto acima, a questão do fechamento de escolas no campo é complexa e abrangente,

envolve aspectos determinantes e consequências sociais para além do âmbito da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela a grande dívida histórica com a educação dos povos do campo, bem como a grande dívida histórica com as políticas públicas que atendam as populações camponesas em suas mais diversas necessidades.

Evidenciou-se que a educação escolar primária no campo em Itapejara D'Oeste foi ofertada de forma precária. Os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no campo foram negados a grande maioria da população do campo deste município até meados da década de 1990, quando passam a ter acesso a essas etapas de ensino na zona urbana por meio do transporte escolar.

Apenas duas instituições escolares contaram com a oferta destas etapas de ensino no campo. Porém, esta situação não foi resultado de uma política pública pensada para atender as populações no campo, mas sim de reivindicações e mobilizações das comunidades. Foi uma oferta precária e insuficiente, evidenciada pelas necessárias ações de apoio financeiro dos moradores das comunidades para a manutenção e viabilização do funcionamento das instituições escolares.

A partir dos anos 1970 os efeitos da adoção de um projeto de campo – o campo da agricultura capitalista – começam a ser sentidos no caso em estudo e tem continuidade nas demais décadas. Este é um processo que culmina na redução da população do campo (que sai em busca de trabalho e garantia do sustento familiar) e na consequente e contínua diminuição das matrículas nas escolas no campo.

Aliado a esse processo, tem-se na década de 1990 a influência determinante das políticas neoliberais que estabeleceram um "Estado Mínimo" para as políticas sociais, entre eles a educação. A partir disso, os poderes públicos passam a tomar suas decisões relacionadas à educação pautadas por uma visão economicista com o intuito de conter gastos.

O resultado é a intensificação do processo de fechamento das escolas no campo, atrelado à oferta do transporte escolar e à ideia de conduzir os estudantes para a zona urbana. Essa retirada dos estudantes das escolas no campo, por meio do transporte escolar, inviabilizou a permanência

dessas no campo e com isso contribuiu para a desarticulação dos sujeitos em relação à possibilidade de se voltarem contra a negação de seus direitos.

Assim, de forma mais abrangente, a ação de conduzir os estudantes para a zona urbana teve/tem como pano de fundo a disputa por projetos de campo. No caso, o projeto de campo dominante tem sido o campo da agricultura capitalista, o campo da produção, sem gente!

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. Modernização da agricultura. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2013, p. 477-481.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>. Acesso em 21 jan 2015.
- BONAMIGO, C. A. e SILVA, V. da. Do campo para a cidade: transformações socioculturais no trabalho camponês. **Akrópolis**, Umuarama, v. 20, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/?journal=akropolis&page=article&op=view&path%5B%5D=4648&path%5B%5D=2771>. Acesso em 22 jan. 2015.
- BRASIL. CASA CIVIL. **LEI Nº8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 09 fev. 2016.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 21 jun 2014.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CARVALHO, S. C. de; WAQUIL, P. D. Os condicionantes econômicos internos das migrações no Paraná entre 1970 e 1996. In: CUNHA, M. S. da.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JUNIOR, W. F. da (orgs.). **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002, p. 125-143.
- CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. **Migrantes: êxodo forçado**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- FARIAS, M. I. Os processos de territorialização e desterritorialização da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade De Ciências E Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: http://www.ippri.unesp.br/Home/pos-graduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/dissertacao_mariaisabelfarias.pdf Acesso em 06 abr. 2015.
- FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. de (orgs.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2ª Edição. 2005. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº5, p. 53-89.
- FERREIRA, F. de J.; BRANDÃO, E. C. Educação e políticas de fechamento de escolas do campo. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: 25 A 28 DE JUNHO DE 2012, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2012. 1 CD-ROM, p. 1-15. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 de mar. 2015b.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%20itapejara-d%20este|infograficos:-historico>. Acesso em: 24 de mar. 2015a.
- ITAPEJARA D'OESTE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor**, 2006. (Documento digitalizado).
- LESKE, G. **A trajetória da educação rural no Paraná**: das escolas rurais às escolas do campo (1961 a 2006), 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Cascavel – PR, 2014. Disponível em: <http://200.201.88.199/portaapos/media/File/GILSON%20LESKE.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.
- MARIANO, A. S.; SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. In: 6 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais; 2 Seminário de Direitos Humanos. Toledo, PR. **Anais...** Toledo, Paraná: UNIOESTE, 2014, p. 1-16. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/trabalhocompleto.html>. Acesso em: 02 jul.2015.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. EDITORA HUCITEC. São Paulo, 1993. P. 107-174.

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v28n1/a06v28n1.pdf>. Acesso em 26 ago 2014.

PERIPOLLI, O. J.; ZOIA, A. O fechamento das escolas do campo: o anúncio do fim das comunidades rurais/camponesas. **ECS**, Sinop/MT, v.1, n.2, p.188-202, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/435/273>. Acesso em 02 dez 2014.

RAMOS, L. M. P. de Carvalho. Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense. **Cad. Pesq.**, São Paulo (77): 19-23, maio 1991. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>. Acesso em: 05 jun 2014.

RENNER, C. H. e PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECZÁNYI, T. (orgs). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 236-260.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra**: experiências e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008, p. 19-86.

TORRES, J. C. ; SILVA, C. R.; MORAES, A. I. D. Escolas públicas no campo: Retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 262-272, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/File/962/338>. Acesso em: 08 abr. 2015.

VASCONCELLOS, E. A. de. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.86, p. 65-73, ago. 1993. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/894.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1985. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9248/5282>. Acesso em 21 jan 2015.